

INFORMALIDADE URBANA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MÍDIA SOBRE A INFORMALIDADE HABITACIONAL URBANA NA CIDADE DA PRAIA

Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade de Cabo Verde

Abstract

Cape Verde met a considerable development, taking into consideration the 36th year as an independent country. Nevertheless, this development is also marked by contradictions, mainly regarding the social dimension of the guarantee of social sector living conditions, which is still very vulnerable, since it faces issues of informality. Based on this idea, this research seeks to address the process of development of the peripheries of the country, especially the peripheries of Praia. This work seeks to answer how they are configured and what symbolic meanings around them are created by the media. The results show that the media makes a negative representation of informal urban housing in the city of Praia. In addition it stigmatizes and promotes social exclusion of the social segments that live in informal housing.

Keywords: Urban periphery, informality, social representation, media.

Introduction

O desenvolvimento de Cabo Verde é um processo embrionário, considerando a história recente do país que ascendeu à independência e auto-determinação política em 1975. Assim, a problemática do desenvolvimento de Cabo Verde deve ser analisado a partir do seu marco histórico fundamental que é a Independência Nacional, desenvolvimento esse que começa a assumir contornos cada vez mais acelerados com a abertura política ao pluripartidarismo e a conseqüente liberalização da economia ao mercado global, no início dos anos 90. Assim, é importante considerar que nesses 38 anos de história como país independente, Cabo Verde fez um percurso considerável, nos diferentes domínios do seu desenvolvimento político, social e económico, com reconhecimento diplomático a nível da comunidade internacional.

Todavia, esse desenvolvimento é também perpassado por profundas contradições, sobretudo do ponto de vista social e mais precisamente no que concerne à garantia das condições de vida de uma grande franja da população, a nível nacional, principalmente na capital do país, ainda muito vulnerável, que se depara com desafios como saneamento básico, água, energia eléctrica, transporte público, por viverem em bairros ou comunidades informais. Desta forma, importa levantar algumas questões de fundo como ponto de partida para a investigação: quais os sentidos e as repercussões da representação social da mídia sobre a informalidade habitacional urbana na cidade da Praia? Que impactos têm a cobertura jornalística e as informações veiculadas pela mídia sobre a informalidade urbana na Cidade da Praia? O presente estudo tem como propósito responder a essas questões.

Actualmente, as cidades estão crescendo a um ritmo acelerado sem precedentes, marcando as tendências sociais, políticas, económicas, culturais e ecológicas, com todas conseqüências daí advenientes. Em 1950, um terço da população mundial vivia em cidades. Apenas 50 anos depois, esta subiu para metade e vai continuar a crescer a dois terços, ou 6

bilhões de pessoas, em 2050. Portanto, as cidades são hoje o lar de metade da humanidade (DAVIS, 2006). As cidades são também os centros de produção nacional e de consumo - processos económicos e sociais que geram riquezas e oportunidades. Assim, as cidades estão cada vez mais confrontadas com problemas e disparidades sociais preocupantes, tais como doenças, criminalidade, poluição, pobreza e violência.

Porém, o esforço das entidades públicas para proporcionar habitação e trabalho para todos revelou-se ineficaz, visto que um grande número de pessoas enfrenta problemas de assentamento informal, com todas as implicações sociais decorrentes. No contexto cabo-verdiano, verifica-se uma urbanização desordenada que não corresponde aos anseios das populações que vivem nas periferias urbanas. Neste sentido, o problema da informalidade urbana remete-nos para outros contornos decorrentes do subdesenvolvimento, em que a questão das habitações informais é apenas a ponta do iceberg. A informalidade habitacional urbana é decorrente dos fenómenos de desenvolvimento e de crescimento urbano, porém, trata-se de uma questão conflituosa, visto que o mesmo não se compadece com o fenómeno de desenvolvimento sustentado tão propalado na pós-modernidade e de cuja retórica se tornou recorrente nos discursos políticos dos governantes.

Em consequência do desenvolvimento do capitalismo e da revolução industrial, ocorreu uma intensa migração das populações do campo para a cidade, marcada pela busca de melhores condições de vida, emprego e salário pela população rural. Neste sentido, no mundo todo verifica-se este fenómeno social conhecido por “êxodo rural”, caracterizado pelo deslocamento de grandes segmentos populacionais que procuram a sobrevivência nas grandes metrópoles, provocando profundas mudanças e desequilíbrios sociais.

A informalidade habitacional na periferia da Praia, não se confina às construções de assentamentos informais mas agregam igualmente outras informalidades relacionadas com o acesso aos bens fundamentais, quais sejam: habitação, saneamento, acesso à energia e a água potável. Portanto, a informalidade diz respeito a uma situação que está fora dos padrões convencionais, ou daquilo que é formal e que obedece a uma certa organização, norma ou ordem social e urbana. Assim, a informalidade habitacional é conotada com habitações cujas construções não obedecem às normas da urbanização. A informalidade urbana é o fenómeno resultante do desenvolvimento desordenado das cidades, regado pela emergência de mercados “imobiliários excludentes”, provocando o surgimento de assentamentos informais como favelas, loteamentos irregulares, cortiços e conjuntos habitacionais irregulares.

No entanto, Nezar Alsayyad (2004) considera a informalidade urbana como um “novo modo de vida”. Uma das tendências mais promissoras dos estudos urbanos vem se firmando justamente na tentativa de superar o recorte dualista consagrado ao partir para uma caracterização da informalidade urbana em sua positividade, como “modo de vida” (ALSAYYAD, 2004). Deste modo, diferentes pesquisas e análises que retratam a questão da periferia evidenciam a importância de se prestar atenção nas classes mais pobres, no sentido de compreender a sociedade atual. Deste modo é de se considerar a proliferação de bairros periféricos ou informais como um processo mundial e irreversível, estando presente em todos os centros urbanos, tanto nos países desenvolvidos como nos países menos desenvolvidos. É característica da contemporaneidade e dos processos de urbanização globais. Isso torna a periferia o centro da discussão para pensar as cidades. Neste sentido, verifica-se que a tendência da mídia em apropriar-se do fenómeno da informalidade, representando a periferia não apenas pela pobreza, mas também pela criminalidade e, de um modo geral, pela informalidade quase todas as actividades desenvolvidas pelas populações aí residentes.

Assim, pode ser tão difícil identificar o urbano através da presença de condições urbanas, pois é para identificar o informal exclusivamente através da lente da Liberalização. Contudo, a liberalização não oferece uma ferramenta com a qual se compreendem as mudanças na condição urbana, principalmente no contexto de Cabo Verde, fortemente

marcado por processos históricos e sociais específicos de uma sociedade pós-colonial. Assim, entendemos que os fenómenos da informalidade urbana não podem ser explicados e/ou entendidos fora do contexto da globalização e da liberalização estrutural marcadas pela utopia do mercado.

Segundo Alssayad, a informalidade pode ser vista como estruturado através de sistemas de “regulação extralegais”. Estes novos processos, denominados “modernidade medieval” (ALSSAYAD 2004) podem ser vistos como modos de governação que podem envolver até mesmo a “invasão silenciosa do comum”, com o terreno de luta política e emancipação, sendo esculpida por uma subalterna e marginalizada cidades dos países desenvolvidos (Alssayad, 2004). Esse populismo radical, muitas vezes dispensado no idioma do religioso e fundamentalismo está muito longe das visões normativas da democracia liberal que têm vindo a ser associado à ideia de administração urbana. O fato é que os pobres também se esforçam para resistir e fazer avanços em suas vidas, quando a oportunidade surgir. Além dessa evidência, em muitas partes do mundo verifica-se que eles também criam para o avanço, organizam-se envolvem-se em políticas contenciosas (BAYAT, 2000).

Alguns estudiosos consideram que os pobres urbanos não são excluídos da sociedade. Pelo contrário, como Asef Bayat, (2000, p. 529) tem escrito, essas populações foram totalmente integradas na sociedade, mas em termos que muitas vezes as levaram a serem exploradas economicamente, reprimidas economicamente, estigmatizadas socialmente e culturalmente excluídas. Contudo, verifica-se uma prolongada acção directa dos indivíduos e famílias que vivem na periferia, na e da informalidade para satisfazerem as necessidades básicas de suas vidas.

Representação Social da Mídia sobre a informalidade habitacional urbana

Durkheim (1987, p. XXVI) afirma que “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que os afetam são de outra natureza. É de destacar a relevância da representação coletiva da informalidade em detrimento da representação individual da informalidade habitacional, visto que a concepção que o grupo pode defender muitas vezes diferencia-se da concepção do indivíduo que por sua vez é marcado pelas ideologias, valores, visão do mundo bem próprio e pessoal.

As representações são construídas socialmente pelos grupos e se caracterizam como imagens da própria realidade. A representação construída pelo grupo ocorre nas suas próprias palavras “até mesmo pela maneira como se dispõe territorialmente, face à realidade. E suas formas organizacionais da vida social, além de mediações empíricas, são portadoras de uma ideologia implícita, que forma um arcabouço interno” (DURKHEIM *apud* RODRIGUES, 1990, p. 22).

Deste modo, importa igualmente interrogar até que ponto a informalidade urbana na Cidade da Praia não passa de um simples facto ou fenómeno construído pelo grupo de indivíduos que ocupam um mesmo território e que partilha, de certa forma, alguns valores comuns? Porém, sabe-se que esses indivíduos são oriundos de meios rurais heterogéneos, de ilhas diferentes, são portadores de valores e crenças também diversificados e aportam expectativas díspares que, na verdade, nem sempre constituem uma coletividade social. Como então compreender a informalidade urbana na cidade da Praia, a partir das categorias teóricas das representações sociais coletivas, ignorando ou subestimando as narrativas pessoais e individuais de cada sujeito que compõe esse mosaico social?

Quanto às representações coletivas, Durkheim (1987, p. 39) afirma que elas são exteriores com relação aos indivíduos, na medida em que não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, o que é bastante diferente. Na elaboração do resultado comum, cada indivíduo dá a sua contribuição. Porém, os contributos individuais

apenas se tornam sociais pela sua cooperação, sob a ação de forças *sui generis*, que a cooperação entre os indivíduos desenvolve.

A exterioridade é uma característica marcante do fenómeno da informalidade urbana, cuja contribuição das partes na sua conceção tem um papel crucial, não obstante o facto de a individualidade não ter relevância na sua afirmação, os meios de comunicação têm sido analisados na perspectiva das representações, com destaque para a televisão, que, tendo em vista seu grande alcance, pode ser considerada um dos principais agentes do processo de orientação da formulação de representações sociais. Tringalli ressalta que essas representações entram em circulação e constroem um verdadeiro “ambiente simbólico”, dentro do qual se processa o pensamento: “um discurso se faz antes de outro discurso e supõe um discurso posterior que pode ser imediato ou retardado ou ficar em aberto. Isso acontece em razão da matéria do discurso ser dialéctica” (TRINGALI, 1988, p. 19).

Neste sentido, Durkheim vem destacar o conceito de representação coletiva, afirmando que o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo, nas relações com os objetos que o afectam; o mundo é feito de representações, sendo elas que permitem entender o comportamento dos grupos sociais, como eles se pensam e quais são as suas relações com os objectos que os envolvem. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que os afectam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas.

As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço mas também no tempo. Para fazê-las, uma multiplicidade de indivíduos cooperam - interagem entre si - misturam e combinam suas ideias e sentimentos e principalmente seus atos. As representações sociais são expressão da consciência coletiva. Por serem mais estáveis do que as representações individuais, as representações coletivas são a base de onde se originam os conceitos, traduzidos nas palavras do vocabulário de uma comunidade de um grupo de indivíduos.

Reportando-se concretamente às formas como a mídia representa a informalidade habitacional urbana, importa evidenciar que essas representações são, maneiras de interpretar e comunicar, mas também, de produzir e elaborar conhecimentos. Segundo Moscovici (1978) as representações “são conjuntos dinâmicos, cujo status é o de uma produção de conhecimento e/ou informação (MOSCOVICI, 1978, p.50, o grifo é nosso).

As representações sociais se modificam ou se actualizam dentro de relações de comunicações diferenciadas. Dessa forma, a mídia é responsável pela estruturação de sistemas de informação que visam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações. Podemos dizer que a principal diferença entre o conceito de representação social e outros conceitos é sua dinâmica e história específicas, ou seja, as representações sociais estão associadas às práticas culturais, reunindo tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da sociedade contemporânea. Segundo Moscovici, representações são como estruturas simbólicas desenhadas tanto pela duração e manutenção, como pela inovação e constantes transformações (MOSCOVICI, 1978, p. 67).

A mídia enquanto meio de comunicação de massa abre espaços para múltiplas abordagens, centradas na questão da interacção entre a representação colectiva da informalidade habitacional, nas distinções entre opinião pública e massa, passividade ou interactividade dos distintos receptores. Neste sentido, as representações colectivas da informalidade habitacional na periferia urbana da cidade da Praia é o reflexo das representações que os meios de comunicação de massa veiculam, e, seguramente, essas representações são históricas e culturalmente construídas pelas colectividades societárias. As representações sociais são “um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais” (JODELET, 1984). Segundo a

definição apresentada por Jodelet, são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos - imagens, conceitos, categorias, teorias, mas que não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos (JODELET, 1984, p.64).

Com o presente estudo sobre as representações sociais da mídia sobre a informalidade habitacional urbana, pretendemos contribuir para o resgate de um grupo social e o seu *modus vivendis*, explicitando os múltiplos sentidos e significados dos modos de vida e das práticas sociais da periferia. Com isso, pretendemos fornecer subsídios para a uma releitura sobre o papel da mídia na veiculação de informações sobre as populações residentes nos bairros informais da Cidade da Praia.

As representações sociais se modificam ou se atualizam dentro de relações de comunicação diferentes. Dessa forma, a mídia, é responsável pela estruturação de sistemas de comunicação que visam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações. Podemos dizer que a principal diferença entre o conceito de representação social e outros conceitos é sua dinâmica e histórias específicas, ou seja, as representações sociais estão associadas às práticas culturais, reunindo tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da sociedade contemporânea, delineando a teoria de Moscovici como estruturas simbólicas desenhadas tanto pela duração e manutenção, como pela inovação e constantes transformações (MOSCOVICI, 1978, p. 67).

Perante as constantes e permanentes transformações sociais em diferentes domínios da vida social, os meios de comunicação de massa se tornam instrumentos fundamentais na produção da nova coesão social, na medida em que lidam com a disseminação de representações sociais que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos e dos outros, ou seja, a visão social.

James Carey retratou no seu livro “*Communication as Culture*” 1989, a tese segundo a qual a mídia como instrumento de transmissão de informação a comunicação mediática representa a forma de vivência cultural. Na acepção de Carey:

“Comunicação é o processo através do qual mensagens são transmitidas e distribuídas no espaço para controle das distâncias e das pessoas [...] comunicação é o processo simbólico por meio do qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada” (CAREY, 1973, p. 3).

Ademais, ele assegura que a representação social “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Idem, p. 22). Interrogar a realidade a partir do que se diz sobre ela, utilizando-se da categoria de representações sociais, nas palavras de Porto, significa assumir que elas:

a) embora resultado da experiência individual, [...] são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que as produzem; b) expressam visões de mundo objetivando explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo que, c) por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos; d) em decorrência do exposto em “b”, apresentam-se, em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta; e) em decorrência do exposto em “c”, admitem, nos termos de Michaud (1996), a existência de uma conexão de sentido (solidariedade) entre os fenômenos e suas representações sociais, que, portanto, não são nem falsas nem verdadeiras, mas a matéria-prima do fazer sociológico (PORTO, 2002, p. 34).

Pelo contrário, apenas alguns indivíduos, grupos ou segmentos societários se constituem em protagonistas desse processo. Os demais, que formam a maioria, apenas consomem conteúdos mormente padrões e valores que não produziram. Importa ressaltar que poucos deixarão de admitir que a mídia, em suas diferentes facetas, mas com claro predomínio dos meios televisivos e jornais, tem protagonizado de modo crescente essa função pragmática de explicar o mundo e produzir significado para fatos e acontecimentos sob a forma de representações sociais.

Ao abordar determinado fenômeno social, pensando em habitações informais na periferia da Praia, a mídia ao mesmo tempo que apresenta e representa este acontecimento ou fenômeno, mediados por sua versão dos fatos, está silenciando outros. Antes de se concluir por uma intenção maquiavélica da mídia, com o premeditado objetivo de distorcer ou ocultar fatos, vale ressaltar que está em questão, de um lado, esse efeito de evidência acima mencionado, o qual constrói a notícia como realidade. De outro, o fato de a mídia ser um campo de lutas, conflitos, interesses, concorrências, de busca por posições e disputa por hegemonia, que se expressam interna e externamente ao campo (BOURDIEU, 1996). Internamente, a concorrência entre as grandes cadeias de empresas midiáticas não se situa unicamente na dimensão das disputas econômicas, mas também, e sobretudo, na disputa da produção simbólica.

Entretanto, é nessa dupla dimensão material e simbólica que se define a luta por hegemonia, considerando que está em questão uma mercadoria grandemente precíval - a notícia. Nesses moldes, ao considerar a mídia como quarto poder, diabolizam-na ou, ao contrário, divinizam-na, pensamos que esta não exclui completamente o potencial de conhecimento, atuação e escolha dos atores sociais, os quais, e de acordo com o que Giddens sublinha na sua obra *A constituição da sociedade*, (2003):

“são sujeitos com capacidades reflexivas e cognoscíveis, fazem escolhas, ainda que sejam relativas, pois que submetidas e articuladas às desigualdades materiais e simbólicas e aos jogos de poder vigentes nas sociedades” (GIDDENS, 2003, p. 58).

Deste modo, importa frisar que é na disputa pelo poder desse campo marcado por tensões, confrontos e acordos que os diferentes meios disputam o espaço midiático e constroem sua especificidade. Ademais, buscam fazer a diferença, definir seu peso relativo em meio a um espaço de grande homogeneidade, a qual está situada em dois níveis: o do conteúdo – as fontes são quase sempre as mesmas e só ganha relevância midiática o que já for pautado como notícia – e o da forma – há todo um aparato de linguagem, de rotinas produtivas do jornalismo, de economia do tempo, do espaço e da imagem para que um fato seja alçado à condição de acontecimento e ganhe todas as mídias.

Segundo Mary Jane Spink (2000), os conteúdos expressos pelo indivíduo, que são essencialmente heterogêneos, traduzem o pensamento, o senso comum de um dado grupo social. Neste sentido, Jodelet (1984) entende que o sujeito, construtor das representações sociais, é um sujeito social, o que na sua fala:

“Significa dizer, fora o caso em que tratamos da gênese das representações sociais, um indivíduo adulto, inscrito numa situação social e cultural definida, tendo uma história pessoal e social. Não é um indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas sim as respostas individuais enquanto manifestações das tendências do grupo de pertença ou de afiliação na qual os indivíduos participam” (JODELET, 1984, p. 36, apud SPINK, 2000, p. 120).

Importa deixar presente que a mídia não é a realidade em si, tal e qual ela é, mas a representação dessa realidade, com fragmentos recortados e remontados do cotidiano. Em outras palavras a mídia não representa a periferia da cidade da Praia de forma objetiva, ao

contrário das teses defendidas na defesa da imparcialidade, verifica-se que o texto jornalístico é pleno em parcialidade, há a presença autoral do jornalista e toda sua carga ideológica e cultural e da empresa para qual trabalha. A imparcialidade “transformou-se em mito e vem permitindo aos veículos de comunicação camuflar a tendenciosidade das notícias veiculadas” (TEIXEIRA, GOMES & MORAIS, 1999, p.01). A mídia se transformou em instrumento fundamental na produção da nova coesão social uma vez que lida com a reprodução e a disseminação de representações sociais em escala planetária.

A comunicação enquanto instrumento poderoso na transformação da visão social possibilita a separação da representação social com a realidade. A liberdade de representações com relação à realidade coloca questões sobre os efeitos da globalização da tecnologia para os grupos sociais minoritários ou excluídos e também para as comunidades da periferia urbana. Cotidianamente, o ser humano é envolvido por informações, através de imagens e sons que, de uma forma ou de outra, tentam criar, mudar ou cristalizar modos de se posicionar perante o mundo e persuadir os indivíduos. A comunicação, sob a perspectiva da representação social, é um fenómeno segundo qual uma pessoa influencia ou esclarece outra que, por sua vez, pode fazer o mesmo em relação à primeira. É um fenómeno básico e universal de influência recíproca, fazendo parte de um processo mais amplo, que divulga informação, através da difusão de conhecimentos.

Conclusion

Para a realização da presente pesquisa, propomo-nos recorrer ao processo da documentação para a recolha das informações. Deste modo, tivemos como metodologia a análise qualitativa e como estratégia a técnica da análise de conteúdo para descrever e interpretar as informações indispensáveis à compreensão do nosso objeto de estudo.

A escolha dos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação* justifica-se por duas razões: por um lado, deve-se ao facto dos mesmos serem alguns dos jornais mais antigo da nossa praça de comunicação, no que concerne à imprensa escrita. Por outro lado, o fator cronológico define-se como essencial para a presente pesquisa, isto é, devido ao tempo da existência no mercado de comunicação estes vínculos nos fornecem informações mais precisas tanto em termos de qualidade quanto em quantidades, e desta forma possibilita-nos uma leitura comparativa das informações. O período de 2002 a 2012, período de tempo lato (uma década) nos permite aferir a visibilidade do tema. Este período e a análise dos três jornais, nos permite fazer um estudo comparativo do discurso da mídia sobre a informalidade habitacional na periferia urbana da cidade da Praia.

Neste sentido, toda a construção da parte empírica do nosso estudo apresenta as seguintes unidades: Unidade de amostra: As Representações Sociais da Mídia sobre a informalidade Habitacional Urbana na Cidade da Praia; Unidade de registro: periferia, comunidade informal, habitação informal, representação social, mídia, construção clandestina, pobreza urbana, informalidade urbana, Bairros da periferia da Praia. Portanto, estes são os conceitos que serviram de orientação na nossa análise. E a Unidade de Contexto: Primeira página do jornal, que apresenta o tema mais relevante da cobertura jornalística sobre a informalidade habitacional.

Concluimos que a informalidade habitacional na cidade da Praia é determinada pelo contexto histórico e social e por esta razão, ela configura características específicas e *sui generis* que se demarcam de outras informalidades que têm sido abordadas pelas pesquisas da sociologia urbana, sobretudo na América Latina, na Ásia e na África. A informalidade habitacional na cidade da Praia começa a se configurar desde os primórdios da formação da sociedade Cabo-verdiana, marcada pelo signo da escravatura e, mais especificamente, com a formação da Cidade da Praia, caracterizada, na sua origem, pela fuga ao fisco, pela procura de lugares mais seguros em relação à invasão dos piratas e cossários e, mais recentemente,

pelo êxodo rural e pela migração das populações das ilhas periféricas do arquipélago de Cabo Verde. Deste modo, a Cidade da Praia foi crescendo, expandindo-se pelos subúrbios periféricos, fora do controle das autoridades governamentais e autárquicas que, via de regra, são responsáveis pelo ordenamento do território e pela regulamentação do *modus vivendi* da urbanidade.

Fugindo-se ao controle das autoridades, foram surgindo os bairros informais, marcados pela ausência de políticas públicas promotoras de um desenvolvimento e crescimento urbanístico sustentáveis, com todas as consequências decorrentes da informalidade habitacional, designadamente, dificuldades de acesso a loteamentos legais para a construção de habitações próprias, dificuldades de acesso à água potável, energia eléctrica, saneamento básico, transporte público, cuidados básicos de saúde, educação, etc.

Marcados pela ausência das autoridades e do Estado providente, os bairros informais da Cidade da Praia, foram-se expandindo sob o signo da “clandestinidade”, da exclusão e da marginalização, carregando consigo o estigma da violência urbana, da pobreza e da miséria sociais e espirituais, transportando tudo de ruim que pode tipificar a dinâmica das cidades pós-industriais e pós-coloniais.

Foi a partir deste cenário que tivemos, no presente trabalho de pesquisa, a preocupação de estudar a informalidade habitacional urbana na Cidade da Praia, com o intuito de compreender as representações sociais da mídia sobre a informalidade urbana na capital do país, tendo presente, sobretudo, as informações deturpadas que a comunicação de massa veicula sobre as periferias urbanas, nas quais revela o descompasso entre as perspectivas e as dinâmicas próprias das comunidades informais e a ordem social emanada das autoridades governamentais e autárquicas que mais servem para penalizar e excluir as comunidades informais dos “direitos da contemporaneidade”.

Os resultados da pesquisa têm demonstrado que as representações sociais da mídia sobre a informalidade habitacional na Cidade da Praia não traduzem a realidade que se vive nas periferias urbanas, veiculando, quase sempre, informações estereotipadas e estigmatizantes sobre essas “comunidades imaginárias”, enfatizando o supérfluo e ignorando o essencial e o existencial. A pesquisa permite constatar que as comunidades informais, para além dos múltiplos problemas que enfrentam, e que tipificam o drama das periferias urbanas pós-modernas, são também comunidades criativas e inovadoras, que a cada dia reinventam novas formas de vida e de subsistência, apesar da marginalização a que foram votadas pelas autoridades públicas.

São essas formas de criatividade que provavelmente a mídia acaba por ignorar, e fá-lo por vezes de forma confessada e subtil, revelando-se, assim, uma tendência perigosa que se presta mais aos interesses das hegemonias do que às reais expectativas, interesses e necessidades das comunidades informais. Neste sentido, entende-se que a mídia, enquanto instrumento de mediação entre os diferentes interesses dos sujeitos e das instituições sociais que configuram as comunidades sociais, poderia desempenhar um papel mais transparente, na veiculação de informações que beneficiassem os interesses das camadas sociais mais vulneráveis e desfavorecidas do tecido social cabo-verdiano.

Os resultados da pesquisa revelam uma comunicação de massa mais interessada no sensacionalismo típico das sociedades neoliberais, que se coloca ao serviço da classe dominante, detentora do capital económico, e menos interessada com a sua verdadeira missão de promover a mediação comunicativa em prol da equidade de condições de vida e da justiça social. Neste sentido, constatamos que as representações da mídia sobre a informalidade urbana na Cidade da Praia, não reflectem a comunidade real, com os seus problemas, que urge soluções por quem de direito. As representações da mídia retratam comunidades virtuais e imaginadas, recriadas a partir do imaginário social da classe média e das elites

portadoras do poder político e económico, habitantes dos bairros formais e padronizados, comunidades “em conformidade com a lei”.

Denota-se que na maioria das vezes, os programas e projectos emanados das autoridades, servem mais aos sensacionalismos político-partidário. Empreendidos sobretudo nos períodos eleitorais, as iniciativas políticas em favor dos bairros periféricos, quase sempre improvisados, fogem aos padrões legais do planeamento urbano, em virtude de estarem mediadas pela “caça aos votos” dessas comunidades. São portanto, iniciativas descartáveis e líquidas, empreendidas na calada da noite, e, portanto, ilegais e verdadeiramente “clandestinas”. Dentro desta ótica da imoralidade político-partidária, as comunidades informais das periferias urbanas da Praia estão eternamente condenadas à “clandestinidade”.

A informalidade urbana na Cidade da Praia é também o reflexo do drama do crescimento urbano desenfreado que perpassa as cidades pós-modernas e pós-industriais, sobretudo nos países do cone sul. Apesar da Cidade Capital de Cabo Verde não ser tão populosa como as grandes metrópoles pós-modernas, ela transporta consigo quase todos os problemas imanentes a essas metrópoles, mas configura igualmente outras especificidades estruturais, por vezes mais difíceis de solucionar, o que torna a sua configuração de periferia urbana um caso *sui generis* na plataforma universal da informalidade habitacional urbana.

São essas especificidades que a mídia e as autoridades públicas cabo-verdianas precisam captar, sob pena de se tornarem irreversíveis, os graves problemas que afectam as comunidades oriundas das periferias urbanas da Praia. Como se pode concluir, os habitantes das periferias são também pessoas criativas e inovadoras e essas habilidades precisam ser capitalizadas em novas formas de se lidar com as periferias, permitindo assim que os segmentos sociais das periferias participem activamente nos projectos direccionados para a melhoria das suas condições de vida e de existência. Portanto, eles devem ser os principais sujeitos de intervenção e de mudança do seu *modus vivendi*. Não se pode pensar a periferia, excluindo e ignorando os sujeitos que habitam as periferias.

References:

- ALSAYYAD, N. “Squatting and Culture: A Comparative Analysis of Informal Developments. In: Latin America and the Middle East,” *Habitat International*, no. 1 1993.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 4º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BAYAT, A. From Dangerous Classes to Quiet Rebels: *Politics of the Urban Subaltern in the Global South*, *International Sociology*, 2000.
- .*Street Politics: Poor People's Movements in Iran*. New York: Columbia University Press.*International Sociology Vol.*, 1997.
- Activism and Social Development in the Middle East'*, Discussion paper prepared for World Social Summit, Geneva, August, 2000.
- .“Globalization and the Politics of the Informals in the Global South.”In *Urban Informality. Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia* , ed. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris, Minuit,1984.
- . *Sur la télévision*. Raisons d'Agir, Paris, 1996.
- CASTELLS, M. *The Urban Question: A Marxist Approach*. Cambridge, Mass. : MIT Press, 1977.
- . *A Sociedade em rede*. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
- . *As regras do método sociológico*. 13 Ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

- . Objectividade e identidade na análise da vida social. In: FORACCHI, Marialice Mencarini, MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. São Paulo: LTC, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- GIDDENS, Antony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- HART, K. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana, *Modern African Studies*, 1973.
- .Everyday Form of Peasant Resistance, *The Journal of Peasant Studies*, 1986.
- JODELET, D. *Representações sociais : um domínio em expansão*. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- . La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (ed.). *Psicologia social*. Paris: Press Universitaires de France, 1984.
- KELLNER, D. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- MAUSS, M. *A expressão obrigatória dos sentimentos*. In: OLIVEIRA, R. (org). Mauss: antropologia. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1979.
- MOSCOVICI, S. *Comunicação apresentada ao Colóquio sobre as Representações Sociais*. Paris, EHESS, 1979.
- . *El Psicoanálisis su Imagen y su Público*. Trad. Nilda Maria Fenetti. Editorial HUEMUL, Buenos Aires, 1979.
- . *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, S.; MARKOVA, I. *Presenting social representations: a conversation*. *Culture & Society*, v. 4, n.3, 1998.